passar ao estado de completo desarmamento o cruzador *República*, foi dada nos Paços do Governo da República, em 27 do corrente mês, e publicada em 30 do mesmo mês.

Majoria General da Armada, em 30 de Agosto de 1915.—O Chefe do Estado Maior, *Alberto António da Silveira Moreno*, capitão de mar e guerra.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

LEI N.º 382

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É instituída junto da Administração Geral dos Correios e Telégrafos uma divisão autónoma, material e biblioteca, dirigida por um chefe de divisão, que será substituído nos seus impedimentos legais pelo chefe dos armazéns do material de correios e telégrafos, e compreendendo os seguintes serviços:

a) Armazéns: aquisição, guarda e distribuição de material. Inventários;

b) Verificação do material, aprovação dos tipos ou padrão de contadores de electricidade ou de energia eléctrica, a sua aferição e a dos demais instrumentos de medida com aplicação às instalações eléctricas, quando tal aferição não haja de ser feita fora do laboratório, laboratório electrotécnico;

c) Consêrto do material. Oficina geral;

d) Biblioteca.

§ único. O consêrto do material nas estações e oficinas anexas é tratado por intermédio da 2.ª divisão da 2.ª direcção.

Art. 2.º É elevado a oito o número de chefes de divisão a que se refere o artigo 220.º da organização dos correios, telégrafos, telefones e fiscalizações das indús-

trias eléctricas, aprovada por decreto de 24 de Maio de 1911.

Art. 3.º É eliminado o lugar de chefe de laboratório, reduzindo-se a dezanove o número de primeiros oficiais a que se refere o citado artigo.

Art. 4.º O lugar de chefe dos armazéns do material de correios e telégrafos será desempenhado por um primeiro oficial do quadro dos telégrafos, em comissão, com os vencimentos de categoria e exercício que actualmente competem ao mesmo funcionário, cujo lugar de categoria fica extinto, aumentando-se correspondentemente naquele quadro um lugar de primeiro oficial.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Fomento a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 2 de Setembro de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Manuel Monteiro*.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Obras Públicas

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

DECRETO N.º 1:849

Nos termos do artigo 10.º do contrato para a exploração das oficinas, docas de reparação e do plano inclinado do pôrto de Lisboa, celebrado entre o Conselho de Administração da Exploração do Pôrto de Lisboa e a Parceria dos Vapores Lisbonenses:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Fomento, conformando-me com o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, n.º 33:318, de 23 de Julho último, autorizar que seja aplicada nas tarifas oficiais de utilização das docas de reparação, enquanto durar a elevação do preço do carvão, uma sobretaxa variável conforme o excesso do custo do carvão sobre o preço de 9\$ por tonelada, e em harmonia com o seu consumo nas operações de esgôto das docas e manutenção delas a seco, conforme vai indicado no mapa seguinte:

	9\$ a 10\$	10\$ a 11\$	11\$ a 12\$	12\$ a 13\$	13\$ a 14\$	14\$ a 15\$	15\$ a 16\$	16\$ a 17\$	17\$ a 18\$	18\$ a 19\$
Doca n.º 1:										
Primeiro dia	3\$00	9\$00	15\$00	21\$00	27\$00	33\$00	39\$00	45\$00	51\$00	57\$00
Dias seguintes	\$40	1\$20	2\$00	2\$80	3\$60	4\$40	5\$20	6\$00	6\$80	7\$60
Doca n.º 2:										
Primeiro dia	1\$20	3\$70	6\$20	8\$70	11\$20	13\$70	16\$20	18\$70	21\$20	23\$70
Dias seguintes	\$20	\$60	1\$00	1\$40	1\$80	2\$20	2\$60	3\$00	3\$40	3\$80

Deve reverter a favor da Exploração do Pôrto de Lisboa 30 por cento da sobretaxa a aplicar, e o preço do carvão ficar dependente da confirmação por parte da Exploração do Pôrto de Lisboa.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 27 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Manuel Monteiro*.

Direcção Geral da Agricultura

Repartição Técnica

PORTARIA N.º 466

Havendo a Junta Agrícola da Madeira, criada pelo artigo 26.º do decreto, com força de lei, de 11 de Março de 1911, entendido dever dar maior desenvolvimento aos trabalhos já começados e que constituem um plano geral de melhoramentos e transformações em vários pontos da Ilha da Madeira, deliberando em sua sessão extraordinária de 13 de Janeiro do corrente ano, contrair um em-

préstimo da quantia de 200.000\$, para ser especialmente aplicado na construção de estradas e hotéis de turismo, em conformidade com o preceituado n.º 4.º do artigo 3.º do regulamento interno da mesma Junta, aprovado por decreto de 15 de Maio de 1912;

Tendo a aludida Junta reduzido a 100.000\$ a importância do mencionado empréstimo a realizar, o qual ajustou com a Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, para amortizar no prazo de três anos;

Considerando que para a efectivação desse empréstimo se torna indispensável preceder a competente autorização, nos termos do artigo 253.º do decreto regulamentar da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, de 9 de Dezembro de 1909:

Manda o Governo da República Portuguesa que a Junta Agrícola da Madeira seja autorizada a transaccionar com a administração da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência um empréstimo da quantia de 100.000\$, para ter a aplicação acima indicada, nas condições que entre si convencionarem, sem prejuízo dos serviços e en-

cargos que à mesma Junta estão cometidos pelo citado decreto com força de lei de 11 de Março de 1911.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 2 de Setembro de 1915. O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

DECRETO N.º 1:857

Sob proposta do Ministro do Fomento hei por bem decretar, nos termos do artigo 9.º do regulamento de 16 de Novembro de 1899, que os vencimentos dos chefes de secção e de expediente do pessoal administrativo das Direcções dos Caminhos de Ferro do Estado sejam elevados de 660\$ a 840\$ anuais.

As disposições deste decreto só entrarão em vigor no ano económico de 1916-1917 se as circunstâncias financeiras do Estado se não agravarem.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 2 de Setembro de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Manuel Monteiro*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Secundária

DECRETO N.º 1:858

Considerando que o Liceu de Maria Pia, em Lisboa, é

exclusivamente destinado ao ensino feminino, e que nesse sentido compete ao Governo providenciar para garantir e assegurar o futuro da mulher portuguesa;

Tendo em vista as disposições do artigo 34.º, da carta de lei de 28 de Maio de 1896, o artigo 13.º do decreto de 31 de Janeiro de 1906;

Usando das atribuições que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

1.º Que o provimento das actuais e futuras vagas no Liceu de Maria Pia no curso de instrução secundária, seja sempre feito em candidatos do sexo feminino legalmente habilitados para o magistério, e cujas classificações os dispensem das provas de concurso;

2.º Que, garantindo às actuais alunas das faculdades de letras a sua futura colocação naquele liceu nos termos já citados, as nomeações que se fizerem desde esta data em candidatos do sexo masculino tenham sempre carácter transitório, devendo os actuais e os novos professores transitar para os liceus masculinos de Lisboa, ou, a seu requerimento, para qualquer outro, desde que se apresente candidato do sexo feminino.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Agosto e publicado em 2 de Setembro de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*João Lopes da Silva Martins Júnior*.